



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 045/11**

Altera o Parágrafo único do art. 2º, da Lei nº 11.027, de 29 de dezembro 1994, (COMEC), incluindo os Municípios de Piên e Campo do Tenente.

Art. 1º. Fica alterado o Parágrafo Único da Lei 11.027, de 29 de dezembro de 1994, que foi alterada pelas Leis nºs, 11.096, de maio de 1995; 12.125, de 22 de abril de 1998 e 13.512, de 21 de janeiro de 2002, incluindo os municípios de Piên e Campo do Tenente na Região Metropolitana de Curitiba, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. (...)

Parágrafo único. A Região Metropolitana de Curitiba é constituída pelos Municípios de Curitiba, Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhas, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, Rio Negro, São José dos Pinhás, Quitandinha, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná, assim como por outros municípios criados em áreas territoriais desmembradas".

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

**RELATOR**



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 252/11**

Inserir no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, o "Parque Histórico de Carambei".

Art. 1º Fica inserido no Roteiro Turístico Oficial do Estado do Paraná, o "Parque Histórico de Carambei", no Município de Carambei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

  
ALEXANDRE CURI  
PRESIDENTE

  
RELATOR



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

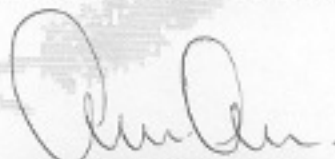
### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 386/11**

**Institui no Calendário Oficial do Paraná o dia do "Projeto Vida por Vidas", a ser realizado, anualmente, no sábado anterior à Sexta-Feira Santa.**

**Art. 1º. Fica inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná o dia do "Projeto Vida Por Vidas", a ser realizado, anualmente, no sábado anterior à Sexta-Feira Santa.**

**Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 462/2011

Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Cavalgada do Trabalhador", realizada anualmente em maio, no distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e pela Capela São Bom Jesus.

Art. 1º. Fica inserido no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Cavalgada do Trabalhador", realizada anualmente em maio, no distrito de Marajó, Município de Nova Aurora, promovida pela Associação dos Cavaleiros de Marajó e pela Capela São Bom Jesus.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

Relator





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 494/11**

Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa Nacional do Boi no Rolete", que se realiza no Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 1º. Fica inserida no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa Nacional do Boi no Rolete", realizada, anualmente, no Município de Marechal Cândido Rondon, em domingo próximo à data comemorativa de seu aniversário de emancipação político-administrativa, que recai em 25 de julho.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 495/11**

Inserir no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete", realizada anualmente no Município de Medianeira.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Festa da Padroeira Nossa Senhora da Salete" que se realiza todos os anos, normalmente no 3º domingo do mês de setembro, no Morro da Salete, Município de Medianeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

  
ALEXANDRE CURTI  
PRESIDENTE

  
RELATOR




## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 541/11**

**Súmula:** Dispõe sobre a vedação para ocupar cargos ou funções, no âmbito do Estado do Paraná.

**Art. 1º.** Ficam vedados de ocupar cargos de provimento em comissão, no Estado do Paraná, ou exercer funções de Secretários de Estado, Ordenadores de Despesas, Diretores de Empresas Estatais, Sociedades de Economia Mista, Fundações e Autarquias do Estado do Paraná àqueles que vierem a se enquadrar nas hipóteses abaixo elencadas, visando proteger a probidade e a moralidade administrativa:

I - os agentes políticos que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, no período remanescente e nos 4 (quatro) anos subsequentes ao término do mandato para a qual tenham sido eleitos;

II - os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;

III - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 4 (quatro) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
- b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- c) contra o meio ambiente e a saúde pública;
- d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
- f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

- h) de redução à condição análoga à de escravo;
- i) contra a vida e a dignidade sexual; e
- j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

IV - os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

V- os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa e por decisão irrecurável do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;

VI - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da decisão;

VII - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da eleição;

VIII - os agentes políticos que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, pelo prazo de 4 (quatro) anos a contar da renúncia;

IX - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 4 (quatro) anos após o cumprimento da pena;

X - os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 4 (quatro) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

XI - os que forem condenados, em decisão transitada em julgado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 4 (quatro) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

XII - os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da decisão; salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

XIII - a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado pelo prazo de 4 (quatro) anos após a decisão;

XIV - os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 4 (quatro) anos;

§ 1º - A vedação prevista no inciso III, alínea "a" deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

§ 2º - As vedações elencadas nos incisos deste artigo não admitem interpretação extensiva ou analogia e são aplicáveis às situações que vierem a se consolidar após a publicação desta Lei.

**Art. 2º.** O nomeado, antes de sua posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não se encontrar inserido nas vedações previstas nesta Lei.

**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

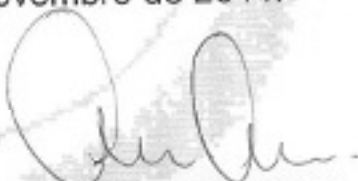
### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 591/11**


Declara de Utilidade Pública a União Fraternal Divina Piedade, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a União Fraternal Divina Piedade, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURTI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 642/2011

Autoriza a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, nos Municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

Art. 1º. Fica autorizada a construção das Usinas Hidrelétricas denominadas São João e Cachoeirinha, localizadas no Rio Chopim, na bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, nos Municípios de Clevelândia e Honório Serpa.

Art. 2º. A construção das Usinas Hidrelétricas São João e Cachoeirinha, constante do artigo anterior, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP, nos termos da lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente


  
RELATOR



**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Redação Final ao Projeto de Lei nº 643/2011

Dispõe sobre o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Art. 1º. Fica regulamentado, no âmbito do Estado do Paraná, o regime de adiantamento previsto nas normas gerais de direito financeiro, para a cobertura de despesas que não possam ou convenham subordinar-se ao processo ordinário ou comum de aplicação.

Art. 2º. Poderão realizar-se no regime de adiantamento os gastos decorrentes:

I – de despesas de pequeno valor e de pronto pagamento, de caráter emergencial e extraordinárias;

II – com alimentação em estabelecimento militar, penal, de assistência, de educação e demais órgãos instrumentais e substantivos previstos nos incisos II e III, do Artigo 9º, da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de aplicação;

III – de conservação com material de consumo e contratação de serviços;

IV – de diária, ajuda de custo, estada e alimentação, excetuando-se os órgãos que se utilizam do serviço "Central de Viagens";

V – de despesa judicial;

VI – de diligência administrativa; . •

VII – de diligência policial;

VIII – de representação eventual;

IX – de despesa com alojamento, alimentação e estada de delegações esportivas ou escolares representativas do Estado em outras unidades da Federação;

X – de despesa com alojamento e alimentação de delegações esportivas ou escolares de outras unidades da Federação que participarem de eventos organizados pelo Governo do Estado, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de aplicação;

XI – de custeio de estabelecimentos públicos, desde que fixados, previamente, por ato do Chefe do Poder Executivo, estabelecendo a natureza e o limite mensal da despesa;

XII – de pagamento excepcional devidamente justificado e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo ou por expressa disposição de lei.

§ 1º. Considera-se despesa de pequeno valor e de pronto pagamento, respeitado o duodécimo da respectiva dotação:

a) despesas realizáveis com aquisição de materiais de consumo classificáveis no elemento de despesa 3390-30 e subelementos subsequentes;

b) despesas realizáveis com a prestação de serviços de terceiros classificáveis no elemento de despesa 3390-39 e subelementos subsequentes.

§ 2º. O valor dos adiantamentos para atender às despesas de pequeno valor e de pronto pagamento poderá ser reduzido por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º As despesas decorrentes de adiantamento devem estar previamente empenhadas.

Parágrafo único: O adiantamento deverá ser feito exclusivamente a servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou a militar, mediante Nota de Empenho, sendo os recursos depositados em Bancos Oficiais e as despesas deverão ser efetuadas no período máximo de até 90 (noventa) dias, prazo esse improrrogável, devendo o saldo remanescente ser recolhido em 05 (cinco) dias úteis, tendo o servidor ou o militar até 15 (quinze) dias para a respectiva prestação de contas. \*

Art. 4º. A aplicação dos adiantamentos deverá obedecer às normas, condições e finalidades constantes da sua requisição.

Parágrafo único. O servidor ou o militar deverá efetuar os pagamentos, preferencialmente, através de cheques nominais ou

transferências interbancárias sem custos nos casos em que o pagamento somente for realizado por numerário, esse não poderá manter retido por mais de 5 (cinco) dias, salvo por motivo devidamente comprovado, perante a autoridade competente do órgão pagador ou da entidade autárquica.

Art. 5º. Não se fará novo adiantamento:

I - a quem do anterior não haja prestado contas, no prazo legal;

II - a servidor ou militar responsável por 2 (dois) adiantamentos;

III - a quem, dentro de 30 (trinta) dias, deixar de atender a notificação para regularizar prestação de contas;

IV - a servidor ou militar declarado em alcance, assim considerado aquele que deixar de cumprir o disposto no artigo 13 desta Lei.

Art. 6º. Da requisição de adiantamento constará expressamente:

I - o dispositivo legal em que se baseia ou a autorização de autoridade competente;

II - o nome e o cargo ou função do responsável;

III - a dotação orçamentária por onde será classificada a despesa, ou o crédito orçamentário;

IV - o período de aplicação do recurso.

Art. 7º. O adiantamento somente será liberado pela autoridade competente, após justificativa em processo regular, com a menção do valor requisitado e após cumpridas as formalidades legais, observando-se a precedência da nota de empenho, a necessária liquidação e o respectivo pagamento em conta específica.

Art. 8º. O processo de adiantamento contendo a prestação de contas é de inteira e restrita responsabilidade da instituição quanto a sua guarda que disporá ao Tribunal de Contas para exame e

parecer a qualquer tempo.

§ 1º. O processo de adiantamento deverá estar instruído com os seguintes documentos comprobatórios:

- a) ato autorizatório;
- b) nota de empenho, liquidação, Ordem de Pagamento Normal;
- c) notas Fiscais/ Cupom Fiscal em ordem cronológica de data, obedecendo o período de aplicação ou duração do adiantamento;
- d) guia de restituição do saldo de adiantamento;
- e) relatório de reclassificação das despesas;

§ 2º. Os comprovantes mencionados no parágrafo 1º deste artigo deverão ser emitidos em conformidade com a legislação tributária vigente.

§ 3º. Os comprovantes de despesas não poderão conter rasuras, emendas, borrões e valor ilegível, não sendo admitido em hipótese alguma, segundas vias ou outras vias, fotocópias ou qualquer outra espécie de reprodução.

§ 4º. Em se tratando de nota fiscal simplificada, recibo, ou outro documento que não se especifique a despesas, esta deverá ser detalhada em folha à parte.

§ 5º. Para as despesas de pequeno valor e de pronto pagamento que por razões excepcionais, devidamente justificadas e atestadas pela chefia imediata do servidor ou militar, não possuam nota fiscal, deverão ser apresentados em seu lugar os documentos abaixo elencados:

a) nos casos de Pessoa Jurídica: recibo firmado pelo prestador de serviço ou fornecedor, indicando nesse documento, além do valor, a sua razão social, o seu endereço e o número do seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) nos casos de Pessoa Física: recibo firmado pelo prestador de serviço ou fornecedor, podendo, inclusive, ser de próprio punho, indicando nesse documento, além do valor, o nome, o seu endereço, o número da carteira de identidade e o número do seu Cadastro de Pessoa Física – CPF.



§ 6º. Deverão ser observadas as responsabilidades com atesto de notas fiscais, justificativas e assinaturas do detentor do adiantamento, que serão submetidas à apreciação da autoridade competente.

Art. 9º. As despesas efetuadas no elemento de adiantamento deverão ser reclassificadas conforme os elementos de despesa, e os Grupos Financeiros ou equivalentes serão os responsáveis pela reclassificação destas despesas.

Parágrafo único. A movimentação das contas bancárias deverá, obrigatoriamente, conter 2 (duas) assinaturas com cheques nominais e individualizados por credor.

Art. 10. O prazo para a prestação de contas não deverá exceder 15 (quinze) dias, a contar do vencimento do prazo de aplicação do recurso.

Parágrafo único. A prestação de contas dos adiantamentos realizados no mês de dezembro deverá ser entregue, impreterivelmente, até o dia 15 (quinze) do mês de janeiro do ano subsequente, prorrogável até o 1º (primeiro) dia útil imediatamente posterior, no caso de não haver expediente nas repartições públicas estaduais, observados os prazos estabelecidos no Decreto de encerramento do exercício.

Art. 11. Os saldos de adiantamento não aplicados até 31 de dezembro de cada exercício serão, obrigatoriamente, recolhidos a conta do tesouro, até a data prevista no parágrafo único do artigo 10 desta Lei.

Art. 12. Os Grupos Financeiros dos órgãos pagadores do Estado ou equivalentes manterão registros individualizados de todos os servidores e militares responsáveis por adiantamentos, controlando, rigorosamente, os prazos para a prestação de contas.

Art. 13. Os responsáveis que deixarem de realizar a prestação de contas de adiantamentos ou de recolher o saldo não aplicado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei, ficarão sujeitos à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do adiantamento, acrescido de correção monetária e juros moratórios no percentual de 1% (um por



cento) ao mês, calculado sobre o total do adiantamento, recolhido à conta do tesouro, salvo motivo de força maior, devidamente demonstrado e reconhecido pela autoridade competente.

§ 1º A multa e seus consectários serão aplicados pelo ordenador de despesas e deverão ser recolhidos imediatamente após o recebimento da notificação, à conta do Tesouro Geral do Estado.

§ 2º No processo de aplicação da multa e seus consectários deverá ser observado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, através de Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
RELATOR









## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 759/11**

Concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Gilberto Amaury de Godoy Filho.

**Art. 1º.** Fica concedido Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Gilberto Amaury de Godoy Filho.

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**




# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 763/2011

Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

**Art. 1º.** Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº. 16.739, de 29 de dezembro de 2010, no valor de R\$ 522.000,00 (quinhentos e vinte e dois mil reais), conforme o Anexo I desta Lei.

**Art. 2º.** Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância, proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta Lei.

**Art. 3º.** Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta Lei.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.



ALEXANDRE CURTI  
Presidente



RELATOR





## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 004/11**

Revoga o Decreto Legislativo 012/92, que instituiu a Gratificação de Representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 1º.** Fica revogado o Decreto Legislativo nº 012, de 23 de dezembro de 1992, que instituiu a Gratificação de Representação pelo exercício do cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

**Art. 2º.** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
**RELATOR**







# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" Mt 3:18

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 06 JUN 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI n.º 474/11

D. L.

Fls. 02

**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel que especifica, ao patrimônio do município de Quedas do Iguaçu.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Quedas do Iguaçu, da doação do lote urbano nº 12 com área de 465 m² da quadra nº 42, com as seguintes confrontações: Frente, medindo 25,00m, a Rua Alecrim; Fundos, medindo 11,70m, terrenos do lote 16; Lado direito, medindo 22,50 m, o lote 11; Lado esquerdo, medindo 32,40m, os lotes 13,14 e 15, registrado com a Matrícula de nº 1.244, Livro nº 2 – Registro Geral de Imóveis, em 27/01/1989.

Parágrafo único – O mencionado lote urbano, foi doado para o Estado do Paraná, através da Lei Municipal nº 15, de 29 de novembro de 1.988, para a construção da sede do Pelotão da Polícia Militar de Quedas do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 06 de junho de 2011.

PR. EDSON PRACZYK

Deputado Estadual – PRB

14:55 06/06/2011 08:40:46 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

## Justificativa:



A presente doação foi feita mediante a condição de que seria construído pelo Governo do Estado a sede do Pelotão da Polícia Militar de Quedas do Iguaçu, conforme determina o art. 2º da Lei Municipal nº 15, de 29 de novembro de 1.988.

Como a área do lote em questão não foi utilizada pelo Governo do Estado, pois foi construída a sede da Polícia Militar em outro local no município de Quedas do Iguaçu, nada mais justo que seja procedida a reversão da referida área ao município outorgante doador.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do referido Projeto de Lei.





**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 474/11**

**Projeto de Lei nº 474/11**

**Autor: Deputado Edson Praczyk**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel que especifica ao patrimônio de Quedas do Iguaçu.

**EMENTA:** PROJETO AUTORIZATÓRIO DE REVERSÃO DE IMÓVEL DOADO. VERIFICADA NA DOAÇÃO DESVIO DE FINALIDADE OU AUSÊNCIA DE USO NO IMÓVEL DOADO COM FINALIDADE ESPECÍFICA. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

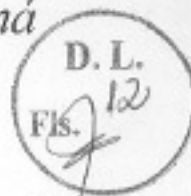
O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk objetiva autorizar o Poder Executivo Estadual a efetivar a reversão de imóvel doado pelo Município de Quedas de Iguaçu, eis que doado para o Estado do Paraná em 1988 para a construção de sede da Polícia Militar naquele Município, e tal foi feito em outra localização, não no referido imóvel.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Em prosseguimento ao processo legislativo, tal iniciativa foi remetida a esta Comissão de Constituição e Justiça correspondente a autorizar o Poder Executivo.

A Lei de Licitações (Lei Federal n. 8.666/1993) já estabelece:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I – quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i; (Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009)

(...)

**§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Destarte, ocorreu que a razão que justificou a doação cessou, pois a sede da polícia militar foi construída em outro local, assim, referido imóvel deve, efetivamente, reverter ao patrimônio da pessoa jurídica doadora.

Percebe-se, assim, a constitucionalidade e legalidade do presente projeto de lei.

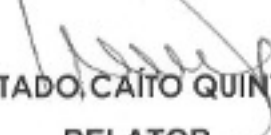
Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.





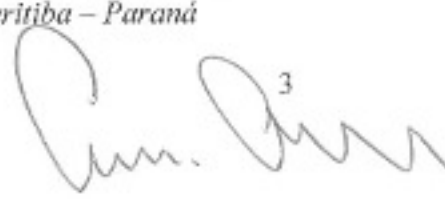
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei 474/2011, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 20 de SETEMBRO de 2011.

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO**

  
**DEPUTADO CAIO QUINTANA**  
**RELATOR**

---

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 474/2011**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Edson Praczyk, autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel que especifica, ao patrimônio do município de Quedas do Iguaçu.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Fiscalização encontra méritos indiscutíveis da proposição em tela, pois a proposta tem por objetivo que seja procedida a reversão da referida área ao município doador do lote, que não foi utilizado pelo Governo do Estado para a construção da sede da Polícia Militar, objetivo da doação.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões,

25/10/11

**NELSON GARCIA**  
Presidente

**Alexandre Curi**  
Relator



Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 474/2011**

**Projeto de Lei nº 474/2011**

**Autor: Deputado Pastor Edson Praczyk**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel que especifica, ao patrimônio do município de Quedas do Iguaçu.**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel que especifica, ao patrimônio do município de Quedas do Iguaçu.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 474/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Quedas do Iguaçu, através da instalação de propostas de interesse da comunidade.

Cumprando a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

O projeto em questão visa autorizar o Poder Executivo a proceder a reversão do imóvel para o patrimônio do município de Quedas do Iguaçu. O objetivo da presente proposta é reverter o imóvel ao município, uma vez que não foi utilizada pelo Governo do Estado para a construção da sede da Polícia Militar, objetivo da doação.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial do loteamento em questão. O **Projeto de Lei 474/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população.

Esta proposta, ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita um trecho do Manual de Direito Administrativo, por José dos Santos Filho Carvalho:

A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.

(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente doação do imóvel o Município de Quedas do Iguaçu terá estrutura legal para trabalhar em prol do benefício único e exclusivo da população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.





#### IV - VOTO DO RELATOR



O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população, com a construção da sede da Polícia Militar e a ampliação da segurança pública municipal. Quedas do Iguaçu é um município que vem crescendo diariamente, buscando continuamente melhorias significativas como esta. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 474/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 07 de novembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**ADEMIR BIER**

**Relator.**



# GABINETE DO GOVERNADOR



## ~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 766/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de uso, ao Município de Realeza, de imóvel denominado lote n.º 14 da quadra n.º 93, no lugar denominado Colônia Missões, com 563, 50 m², contendo uma casa em alvenaria de 167,20 m², conforme Matrícula sob n.º 8.752 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – A presente Cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4.º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 56/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Realeza.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além deste, cabe salientar que a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

**Art. 8.º.** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR  
Prot. N.º: 10.880.458-0  
mt/vcl

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

## GABINETE DO GOVERNADOR



Hely Lopes Meireles leciona que "A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"<sup>1</sup>.

Sendo assim, resta comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Realeza já existe instalado o Centro de Educação Infantil Pequeno Anjo, que atende aproximadamente 55 (cinquenta e cinco) crianças entre 0 (zero) e 4 (quatro) anos, o qual necessita da cessão de uso do imóvel para poder continuar a desenvolver suas atividades.

Desta forma, por se tratar de cessão sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue cessões sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador impedisse a mesma, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 33. ed., p. 529.

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 140/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em 26/09/2011  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 56/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Realeza.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14186 27/09/2011 08:24:00 OF 1552/2011 LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 766/11**

Projeto de Lei nº 766/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.056/11

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE REALEZA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 056/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Realeza.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 16

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. [grifo nosso]

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 17

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grito nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grito nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I – existência de interesse público devidamente justificado;**

**II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

**III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

**IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;** (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social

desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Presidente

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

Relator

  
*Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 766/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 56/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

  
Relator











ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 766/2011

Projeto de Lei nº 766/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 56/11

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica. (continuar a desenvolver atividades do centro de educação infantil pequeno anjo)

### I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel ao município de Realeza, do imóvel que especifica.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 766/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Realeza, através da instalação de propostas de interesse da comunidade.

Cumprindo a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

O imóvel em questão será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, no desempenho das atividades do centro de educação infantil pequeno anjo, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa. A supracitada cessão vigorará até o dia 31 de Dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 766/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 56/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita um trecho do Manual de Direito Administrativo, por José dos Santos Filho Carvalho:

**A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.**

(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Jurs. RJ)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente doação do imóvel o Município de Realeza terá estrutura legal para trabalhar em prol do benefício da população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

#### IV - VOTO DO RELATOR

D. L.  
Els. 26

O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população, com o desenvolvimento de atividades de educação infantil. Realeza é um município que vem crescendo diariamente, buscando continuamente melhorias significativas como esta. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 766/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 07 de novembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**TERUO KATO**

**Relator**



**MENSAGEM N.º 53/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Realeza.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além deste, a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

**Art. 8º.** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA - PR

Prot. Nº.10.879.558-1  
lc/cll

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 767/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de uso, ao Município de Realeza, de imóvel denominado parte "A" - Praça da Justiça, no lugar denominado Colônia Missões, com 968,00 m<sup>2</sup>, contendo uma casa em alvenaria de 316,20 m<sup>2</sup>, conforme Matrícula sob n.º 3.022 do Registro de Imóveis da Comarca de Realeza.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – A presente Cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4.º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

**MENSAGEM N.º 53/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Realeza.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além deste, a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

**Art. 8º.** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA - PR

Prot. Nº.10.879.558-1  
lc/cll



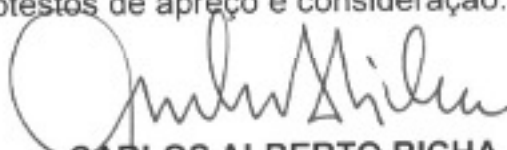
Hely Lopes Meireles leciona que "A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente"<sup>1</sup>.

Sendo assim, resta comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Realeza encontra-se instalado o Centro de Referência de Assistência Social, que atende e ampara pessoas de todo o município, e, desta forma, faz-se necessária a cessão de uso do imóvel para poder continuar a desenvolver suas atividades.

Sendo assim, por se tratar de cessão sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue cessões sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador impedisse a mesma, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



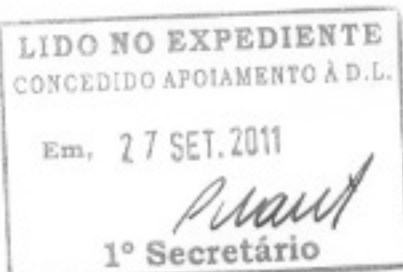
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33. ed., p. 529.

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 141/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 26/09/2011

Presidente (signature)

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 53/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Realeza.

Atenciosamente,

(signature)  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14107 27/09/2011 08:46:10 OF 053/2011 LEGISLATIVA DO PARANÁ



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 767/2011

MENSAGEM Nº 053/2011

AUTOR: PODER EXECUTIVO

PARECER

O presente Projeto de Lei nº 767/2011, oriundo da Mensagem Governamental n 053/2011, tem por objetivo efetuar a cessão de imóvel ao município de Realeza, em atendimento ao interesse público, vez que o mencionado bem será destinado exclusivamente ao funcionamento de serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

No que se refere à constitucionalidade da proposta em análise, destaque-se que a Constituição Federal dispõe ser de competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a conservação do patrimônio público.



Conforme a Lei Federal nº 4.717/65, o patrimônio público pertence aos Entes da Administração Pública Direta e Indireta, sendo composto pelos bens e direitos de valor econômico, artístico, histórico ou turístico. Na mesma linha, a Lei Federal nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro - distingue os bens públicos em sendo de uso comum do povo; uso especial e dominicais.

Observa-se que, no imóvel que o Estado pretende ceder ao Município de Realeza encontra-se instalado o Centro de Referência de Assistência Social, sendo necessária a sua cessão para que possa continuar a desenvolver suas atividades.

Vislumbra-se no presente Projeto de Lei a perfeita consonância entre a pretensão e os moldes constitucionais, posto que obediente à esfera de competência atribuída ao Poder Executivo, bem como às exigências constitucionais relacionadas às hipóteses de alienação de bens pertencentes à Administração Pública, como se pode observar pelo artigo 65 da Constituição Estadual, e com o respaldo do artigo 10 e seu parágrafo único.

Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos:

"Art. 8º - Será dispensada a licitação nos seguintes casos:

I - De bens imóveis para:

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da administração pública;"



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 16

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não há razão para impedir a doação.

Por fim, no que se refere às normas de elaboração normativa previstas na Lei Complementar nº 95/98, o presente projeto está perfeitamente de acordo.

Assim, face à CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE deflagradas, opinamos pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

  
Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

  
Deputado CAIO QUINTANA

Relator





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 767/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 53/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

  
Relator









ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 767/2011**

**Projeto de Lei nº 767/2011**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 53/11**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Realeza, do imóvel que especifica.**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel ao município de Realeza, do imóvel que especifica.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 767/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Realeza, através da instalação de propostas de interesse da comunidade.

Cumprindo a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

O imóvel em questão será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, onde atualmente encontra-se instalado o centro de Referência e Assistência Social, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa. A supracitada cessão vigorará até o dia 31 de Dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 767/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 53/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita um trecho do Manual de Direito Administrativo, por José dos Santos Filho Carvalho:

**A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.**

**(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Jurs. RJ)**

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente doação do imóvel o Município de Realeza terá estrutura legal para trabalhar em prol do benefício único e exclusivo da população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

#### IV - VOTO DO RELATOR

O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população, com o desenvolvimento de atividades na área da saúde, através do consórcio intermunicipal. Realeza é um município que vem crescendo diariamente, buscando continuamente melhorias significativas como esta. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 767/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 07 de novembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**FRANCISCO BUHRER**

**Relator**



# GABINETE DO GOVERNADOR



## **ANTEPROJETO DE LEI N.º 768 /2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel especificado, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede no Município de Umuarama.

**Art. 1.º** – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS, com sede no Município de Umuarama, de parte do imóvel constituído pelos lotes 1 a 8, da Quadra A-2, com área de 4.224,50 m², parte de área maior no total de 11.200,00 m², matriculado sob n.º 13.200, no 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – A presente cessão terá vigência de 25 anos, até 31 de dezembro de 2036.

**Art. 4.º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 37/11**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Consórcio Intermunicipal de Saúde, no Município de Umuarama.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além disso, cabe mencionar que a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

**Art. 8.º.** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

## GABINETE DO GOVERNADOR



Hely Lopes Meireles leciona que *"A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente."*

Tendo em vista que a presente medida se coaduna com os interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende ceder ao Consórcio Intermunicipal de Saúde será feita uma reforma para poder ampliar seu espaço físico, proporcionando melhor atendimento à população. Porém, para que se efetue tal reforma, necessita-se de regulamentação da área na qual está instalado, por meio de cessão de uso do imóvel.

Verificada a autorização para que o órgão público efetue a cessão de imóveis sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador a impedisse, haja vista a expressa autorização legal e o interesse público existente no benefício dado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª ed. p. 529.



GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 142/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 SET. 2011

*Mauro*  
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 26/9/2011,

*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 37/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Consórcio Intermunicipal de Saúde, no Município de Umuarama.

Atenciosamente,

*[Signature of Carlos Alberto Richa]*

CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.  
Em, / /

\_\_\_\_\_  
Presidente

CEE/GAM/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14187 27/09/2011 08:07:482 MP ASSINAR LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 768/11**

**Projeto de Lei nº 768/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.037/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel especificado, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede no Município de Umuarama.

**EMENTA:** CESSÃO DE IMÓVEL AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE UMUARAMA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 037/2011, visa autorizar o Poder Executivo a ceder imóvel especificado, ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, com sede no Município de Umuarama.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

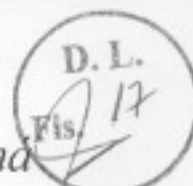
Ainda, o artigo 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, observe-se:

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública;

A jurista Hely Lopes Meirelles leciona que "a cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade que dele



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente”<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

---

<sup>1</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33, ed., p. 529.





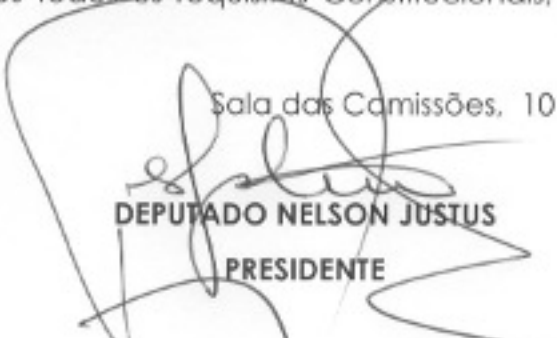
**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.  
Fls. 19

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 768/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 37/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel especificado, ao Consorcio Intermunicipal de Saúde, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Anibal khury

**Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 768/2011**

**Projeto de Lei nº 768/2011**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 37/11**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel especificado, ao consórcio intermunicipal de saúde, com sede no município de Umuarama.**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel ao consórcio intermunicipal de saúde com sede no município de Umuarama.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº768/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Umuarama, através da instalação de propostas de interesse da comunidade.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

O imóvel em questão será usado para o funcionamento do Consórcio Intermunicipal de saúde, devendo ser retornado ao patrimônio no caso de destinação diversa. Tal cessão terá vigência de 25 anos, até a data de 31 de Dezembro de 2036.



Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 768/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 37/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita um trecho do Manual de Direito Administrativo, por José dos Santos Filho Carvalho:

**A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.**

**(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ)**

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente doação do imóvel o Município de Umuarama terá estrutura legal para trabalhar em prol do benefício único e exclusivo da população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.

#### IV - VOTO DO RELATOR



O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população, com o desenvolvimento de atividades na área da saúde, através do consórcio intermunicipal. Umuarama é um município que vem crescendo diariamente, buscando continuamente melhorias significativas como esta. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.


Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 768/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 07 de novembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**  
*Presidente da Comissão*



**ADELINO RIBEIRO**  
*Relator*

# GABINETE DO GOVERNADOR



## **ANTEPROJETO DE LEI N.º 770/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão ao Município de Campina Grande do Sul do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Campina Grande do Sul, de parte ideal de 1.467,75 m<sup>2</sup>, do terreno constituído pela Gleba de terras, no lugar denominado Capivary Assú, imóvel descrito na Escritura Pública de Doação, lavrada às fls.160/161 do livro 105-N, do Cartório Distrital Boscardin de Campina Grande do sul.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento de Serviço Público Municipal, podendo ser decretada a reintegração do imóvel ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – A presente cessão terá vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4.º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



# GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 42/11**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Campina Grande do Sul, para fins de instalação do Posto de Informações Turísticas, Posto da Guarda Municipal e Posto de Fomento ao Artesanato Local.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além disso, cabe mencionar que a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

**Art. 8.º.** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

## GABINETE DO GOVERNADOR



Hely Lopes Meireles leciona que *"A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente."*

Visto que a presente medida diz respeito a interesse de outro órgão da Administração Pública, eis que no imóvel que o Estado pretende ceder ao Município de Campina Grande do Sul será instalado o Posto de Informações Turísticas, o Posto da Guarda Municipal e o Posto de Fomento ao Artesanato Local, e, ainda, o referido imóvel não se encontra em uso por outra entidade ou órgão integrante do Estado, não há motivos para não concretizar tal medida.

Verificada que a autorização para que o órgão público efetue a cessão de imóveis sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador a impedisse, haja vista a expressa autorização legal e o interesse público existente no benefício dado ao Município de Campina Grande do Sul.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

I MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 33ª ed. p. 529.

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 144/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 26/09/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 42/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná ao Município de Campina Grande do Sul, para fins de instalação dos Postos: de Informações Turísticas, da Guarda Municipal e de Fomento ao Artesanato Local.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14407 27/09/2011 08:48:48 OF 153261119 LEGISLATIVA DO PARANÁ



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI 770/2011 – MENSAGEM n. 42/2011**  
**RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI**

**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão ao Município de Campina Grande do Sul, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** CESSÃO DE USO IMÓVEL PÚBLICO ESTADUAL PARA PESSOA JURÍDICA DIREITO PÚBLICO INTERNO. MUNICÍPIO CAMPINA GRANDE DO SUL. ART. 10 CONSTITUIÇÃO ESTADO PARANÁ. ART. 17 LEI 8.666/93. ART. 8º LEI ESTADUAL 15.608/2007. POSSIBILIDADE. APROVAÇÃO.

**SÍNTESE:**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo enviado via Mensagem n. 042/2011 visa autorizar a cessão do imóvel de parte ideal de 1.467,75 metros quadrados, do terreno constituído pela Gleba de terras Capivary Assú descrito na Escritura Publica de Doação lavrada às fls 160/161 do livro 105-N, do Cartório Distrital Boscardin de Campina Grande do Sul, conforme definido em seu artigo 1º.

**FUNDAMENTAÇÃO:**

Inicialmente é imprescindível ressaltar novamente que o **Regimento Interno** da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

---

**Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri**

Praça Nossa Sra. de Salete, s/n – 8º andar – Gab. 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 – end. eletrônico: [tadeuveneri@terra.com.br](mailto:tadeuveneri@terra.com.br)

[www.tadeuveneri.com.br](http://www.tadeuveneri.com.br)



dispõe no seu art. 33, §2º, I, que à **Comissão de Constituição e Justiça** compete analisar a **constitucionalidade, legalidade, legitimidade e a técnica legislativa** do Projeto de Lei proposto.

No que tange à constitucionalidade, a proposição encontra guarida no artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, que disciplina:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Trata-se de imóvel cessão de uso de imóvel de propriedade pública, que será cedido para outro ente público, vale dizer, uma pessoa jurídica de direito público interno, o Município de Campina Grande do Sul, em observância ao preceito constitucional estadual.

O procedimento licitatório é dispensado para a cessão de uso neste caso, tendo em vista o cessionário beneficiado, conforme o disposto nos artigos 17 da Lei Federal 8.666/93 e o artigo 8º da Lei Estadual 15.608/2007.

Desta forma, ante a constitucionalidade e legalidade da proposição n. 770/2011 de Autoria do Poder Executivo, opino pela sua aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça para regular tramitação.

•

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

---

**Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri**

Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – Gab. 805

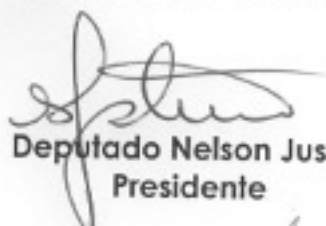
Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 – end. eletrônico: [tadeuveneri@terra.com.br](mailto:tadeuveneri@terra.com.br)

[www.tadeuveneri.com.br](http://www.tadeuveneri.com.br)

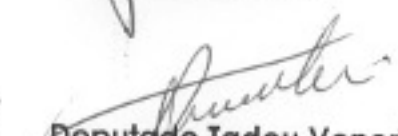


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

  
Deputado Nelson Justus  
Presidente



  
Deputado Tadeu Veneri  
Relator










# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 770/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 42/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Campina Grande do Sul, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 770/2011**

**Projeto de Lei nº 770/2011**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 42/11**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão, ao Município de Campina Grande do Sul, do imóvel que especifica. (instalação do posto de informações turísticas, posto da guarda municipal e posto de fomento ao artesanato local)**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a realizar a cessão de imóvel ao município de Campina Grande do Sul, do imóvel que especifica.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº770/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Campina Grande do Sul, através da instalação de propostas de interesse da comunidade.

Cumpramos a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

#### IV - VOTO DO RELATOR



O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população. Campina Grande do Sul é um município que vem crescendo diariamente, buscando continuamente melhorias significativas como esta. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 770/11**, em sua forma apresentada.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 07 de novembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**PASTOR EDSON PRACZYK**

**Relator**



**ANTEPROJETO DE LEI N.º 771/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Faxinal, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Faxinal, de área com 600,00 m<sup>2</sup>, imóvel formado pela data n.º 13, quadra n.º 29, sob matrícula n.º 8.349, do Registro de Imóveis da Comarca de Faxinal.

**Art. 2º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para desenvolvimento de serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** – O município terá o prazo de 2 (dois) anos para a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado; caso contrário, o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

**MENSAGEM N.º 43/2011**

Curitiba, 14 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Faxinal.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois esse contrato em particular visa imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) **doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo**, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável".

Sendo assim, resta comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Faxinal objetiva-se atender à necessidade de construção de imóvel, para liberar área onde serão viabilizadas diversas ações de cunho socioassistencial, visando atender à expressiva parcela da população menos favorecida do município de Faxinal.

Desta forma, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

I CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 14 de setembro de 2011  
OF CEE/G 145/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 SET. 2011

*Mauro*  
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 26/9/2011

*[Signature]*  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 43/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado para o Município de Faxinal.

Atenciosamente,

*[Signature]*  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14100 27/09/2011 08:48:33 DP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 771/11**

**Projeto de Lei nº 771/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 043/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Faxinal, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE FAXINAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 043/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Faxinal.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I – existência de interesse público devidamente justificado;**

**II – prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

**III – autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

**IV – licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**I) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;** (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:**

**I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 21

outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

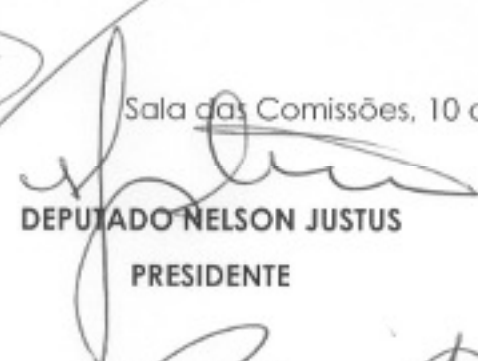
Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.**  
**RELATOR**





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 771/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 43/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Faxinal, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

  
Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



**Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 771/2011**

**Projeto de Lei nº 771/2011**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 43/11**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Faxinal, do imóvel que especifica.**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Faxinal, do imóvel que especifica.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 771/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Faxinal, através da instalação de propostas de interesse da comunidade. •

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

O projeto em questão visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de um imóvel para o município de Faxinal, sendo exclusivamente destinado para serviço público municipal, no desenvolvimento de atividades de cunho socioassistencial, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 771/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 43/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita um trecho do Manual de Direito Administrativo, por José dos Santos Filho Carvalho:

**A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.**


**(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ)**

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente doação do imóvel o Município de Faxinal terá estrutura legal para trabalhar em prol do benefício único e exclusivo da população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. **(Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).**

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.



#### IV - VOTO DO RELATOR




O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população, com o desenvolvimento de atividades cunho socioassistencial. Faxinal é um município que vem crescendo diariamente, buscando continuamente melhorias significativas como esta. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 771/11**, em sua forma apresentada.

***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.***

***Sala das Comissões em 07 de novembro de 2011.***



**MARCELO RANGEL**

***Presidente da Comissão***



**FRANCISCO BUHRER**

***Relator***

Several other handwritten signatures are visible on the page, including one on the left and two at the bottom right.

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 777/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Quedas do Iguaçu, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** – Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Quedas do Iguaçu, do lote n.º 12 da quadra 42 com área de 465,00 m², localizado na Rua Alecrim, no perímetro urbano da Cidade de Quedas do Iguaçu, conforme matrícula n.º 1.244, no Registro de Imóveis da Comarca de Quedas do Iguaçu.

**Art. 2º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** – O município terá o prazo de 02 (dois) anos para a conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 58/2011**

Curitiba, 19 de setembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Quedas do Iguaçu.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois esse contrato em particular visa imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

LC/CTL-Prot.º 11.102.775-7

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)**

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (grifo nosso)

Ainda, leciona Hely Lopes Meirelles:

"A Administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem, de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de previa avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo."<sup>1</sup>

Nesses termos, pretende o Estado do Paraná, doar imóvel ao Município de Quedas do Iguaçu, para que esse faça utilização do bem público, conforme possível e necessário.

<sup>1</sup> MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro, 33ª Ed. 2007. p. 538.



## GABINETE DO GOVERNADOR

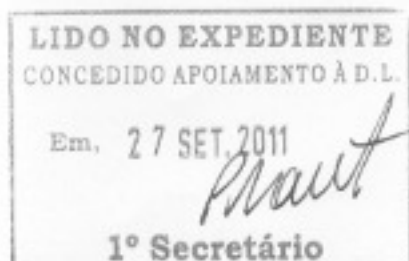


Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de setembro de 2011  
OF CEE/G 153/11



I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 26/5/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 58/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado para o Município de Quedas do Iguaçu.

Atenciosamente,



CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:09 27/09/2011 007491 007 00000000 00000000 00000000



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 777/11**

**Projeto de Lei nº 777/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.058/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Quedas do Iguaçu, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 058/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Quedas do Iguaçu.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

**Parágrafo único.** A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I - existência de interesse público devidamente justificado;

II - prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;

III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;

IV - licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.

Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado; (grifos nossos)

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e



20

*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado.** A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.


Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 777/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 58/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Quedas do Iguaçu, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

  
Relator




**Comissão de Obras Públicas,  
Transportes e Comunicação**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 777/2011**

**Projeto de Lei nº 777/2011**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 58/11**

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Quedas do Iguaçu, do imóvel que especifica.**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei tem por escopo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao município de Quedas do Iguaçu, do imóvel que especifica.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 777/2011**, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Quedas do Iguaçu, através da instalação de propostas de interesse da comunidade.

Cumprindo a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”*, nos termos do disposto no **Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis**.

O projeto em questão visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de um imóvel para o município de Quedas do Iguaçu, sendo exclusivamente destinado para serviço público municipal, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria, destacamos a necessidade do processo para regularização emergencial dos loteamentos em questão. O **Projeto de Lei 777/11** em análise desta Comissão, no que justifica-se, estará cobrindo a necessidade exclusiva da população.

Esta proposta, enviada pelo Poder Executivo através da Mensagem 58/11 ganha peso e méritos indiscutíveis ao vir de encontro ao interesse comum meramente justificado. Conforme cita um trecho do Manual de Direito Administrativo, por José dos Santos Filho Carvalho:


**A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado.**  
(CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ)

O projeto evidencia de forma clara o mérito proposto, restando evidentes grandes benefícios em sua composição, já que a partir da presente doação do imóvel o Município de Quedas do Iguaçu terá estrutura legal para trabalhar em prol do benefício único e exclusivo da população.

### III - CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, relevo o Parágrafo único como embasamento de meu parecer, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar de sua competência de forma a trabalhar os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para prosseguir sua tramitação.



O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que será utilizada em benefício exclusivo da população, com o desenvolvimento de atividades de interesse público social. Quedas do Iguaçu é um município que vem crescendo diariamente, buscando continuamente melhorias significativas como esta. A tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste terreno, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

Desta forma e pelos benefícios ora tratados, opto pela **Aprovação** do referido **Projeto de Lei 777/11**, em sua forma apresentada.

***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.***

***Sala das Comissões em 07 de novembro de 2011.***

  
**MARCELO RANGEL**  
***Presidente da Comissão***

  
**ADELINO RIBEIRO**  
***Relator***

